



APOLOGIA DE NADIR DE OLIVEIRA: PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DE UMA ESCOLA ESTADUAL EM MATO GROSSO

Jalme Santana de Figueiredo Junior ¹

RESUMO

Nesse trabalho apresenta-se relato do processo de transformação da Escola Estadual Professora Nadir de Oliveira, em uma unidade de Escola Estadual Militar Tiradentes Ten. Cel. PM Lourison Rodrigues Benevides, ocorrido em 2021 no município de Várzea Grande em Mato Grosso. Com uma série de movimentos institucionais (Comunicações Internas, Ofícios, Convocações, entre outros) e políticos impositivos (Lei 10.922 de 2019, audiência pública e aparelhos midiáticos locais), o processo teve seu ápice no dia 20 de Janeiro de 2021, com uma audiência pública com grande participação de lideranças políticas favoráveis à militarização. Esse aspecto, pode provocar profissionais do ensino de Geografia, para analisar e dialogar sobre os efeitos do movimento de militarização que tem se intensificado no Brasil. Compreender seu papel no contexto educacional brasileiro, seja no aspecto de política educacional ou até mesmo nos processos de ensino e aprendizagem da Geografia na escola.

Palavras-chave: Militarização, Educação Geográfica, Várzea Grande-MT, E.E Prof^a Nadir de Oliveira.

ABSTRACT

This paper presents na account of the transformation process of the State School Professora Nadir de Oliveira, into a unit of Escola Estadual Militar Tiradentes Tem. Cel. PM Lourison Rodrigues Benevides, which took place in 20021 in the municipality of Várzea Grande in Mato Grosso. With a series of institutional movements (Internal Communications, Official Letters, Summons, among others) and imposing politicians (Law 10,922 of 2019, public hearing and local media devices), the process reached its peak on Januar 20, 2021, with a hearing public with large participation of political leaders in favor of militarization. This aspect can provoke geography teaching professionals to analyse and discuss the effects of the militarization movement that has intensified in Brazil. Undersand its role in the Brazilian educational contexto, whether in the teaching and learning processes of Geographic at school.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) *Campus* de Francisco Beltrão-PR, professor de Geografia efetivo na Educação Básica do Estado de Mato Grosso, Lotado na Escola Estadual Prof^o Fernando Leite de Campos em Várzea Grande-MT. prof.jalmejunior@gmail.com;



Keywords: Militarization, Geographic Education, Várzea Grande-MT, E.E Profª Nadir de Oliveira.

INTRODUÇÃO

Produzido por volta de 399 a.C, Apologia de Sócrates é um texto relato do julgamento de um dos principais filósofos da Grécia antiga: Sócrates. Seu discípulo, Platão (427-347 a.C), autor da obra, apresenta em sua narrativa os principais argumentos utilizados pela defesa (feita pelo próprio Sócrates) e das acusações (realizadas por nobres e lideranças da época sob liderança de Xenofonte).

Na introdução da obra traduzida para o Brasil, Alceu Amoroso Lima, indica que o texto feito por Platão, pode ser tomado como uma das mais belas páginas de eloquência legadas pela antiguidade. “A autodefesa do filósofo, feita perante seus impudentes e impenitentes acusadores, evocada por Platão com devoção de discípulo fiel, é, (...) uma síntese da filosofia socrática, de grandíssimo valor literário (...)” (PLATÃO, 2011, p.11).

Reservadas proporções históricas da narrativa de Platão, esse resumo apresentará relato do processo de militarização realizado em uma Escola Pública Estadual em Mato Grosso. A relação histórica com a obra citada, se faz pertinente tendo em vista os indícios de irregularidades processuais, ações pitorescas de políticos locais e a realização de uma audiência pública que marcou a extinção da Escola Estadual Profª Nadir de Oliveira, para se criar a Escola Estadual Militar Tiradentes Ten. Cel. PM. Louirson Rodrigues Benevides.

O objetivo do texto não será analisar as propostas curriculares e/ou relações de ensino aprendizagem das aludidas escolas. O objetivo incidirá em uma análise do contexto dos eventos iniciados em quinze de Dezembro de 2020 que resultaram na extinção formal da Escola Estadual Profª Nadir de Oliveira, para a criação de uma unidade de Escola da Polícia Militar de Mato Grosso, em Várzea Grande-MT.

Uma das bases de análise será a Lei Estadual 10.922 de 2019 de autoria do falecido Deputado Estadual Sílvio Fávero (vítima de COVID-19), que dispõe a criação do Programa de Gestão Compartilhada Cívico-Militar para a criação ou transformação de unidades específicas da rede pública de ensino Fundamental e Médio do Estado de Mato Grosso em Escolas Militares (EMMT). (MATO GROSSO, 2019).



Para além, será verificado mídias jornalísticas locais e o teor de suas matérias no que tange a divulgação e até mesmo distorção de fatos em torno do processo como um todo, bem como os movimentos técnicos realizados pelos órgãos governamentais responsáveis no transcorrer do processo (atas de reuniões, ofícios, comunicações internas). Todos esses materiais, tomados no contexto de uma política nacional de ampliação de escolas militares e/ou cívico militares no Brasil, serviram para vislumbrar as intenções e relações de poder que estavam articulando o processo de transformação.

O contexto de ampliação das escolas militares e/ou cívico militares, ganha centralidade dentro de um aspecto problematizador afeto ao ensino de Geografia. Mobilizar não só nos estudantes, mas em toda a comunidade a possibilidade de compreender as complexidades do mundo e suas contradições a partir dos conceitos e categorias da Geografia. “Em razão dessa complexidade que é crescente, o cidadão não consegue sozinho e espontaneamente compreender seu espaço de modo mais articulado e mais crítico (...).” (CAVALCANTI, 1998, p.11).

No caso da Escola Estadual Profª Nadir de Oliveira, houve intensa disputa de narrativas, produção de mentiras e distorções de fatos foram organizadas na dinâmica de campanhas publicitárias, por um período de três a quatro meses a comunidade escolar foi submetida a intenso convencimento unilateral por parte de lideranças locais favoráveis a militarização. Com efeito, esses movimentos ensejam problemas de pesquisas interessantes: o processo de militarização das escolas públicas, é um projeto de governo ou anseio social? Quais impactos da militarização no ensino de Geografia da Escola Básica? Quais implicações da militarização na organização do trabalho docente, pedagógico e administrativo?

Na tentativa de se buscar trabalhos acadêmicos que versam sobre essa problemática, buscou-se em alguns bancos de dados produções acadêmicas relacionadas ao processo de militarização e o ensino de Geografia. Para isso, foram escolhidos os seguintes termos: “Escola militar” “Ensino de geografia” e “militarização”, juntamente com seus respectivos sinônimos: “Colégio Militar”, “Educação Geográfica” e “Militarizado”. As plataformas selecionadas foram Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da Capes.

A partir de ajustes realizados através da plataforma Parsival, foi possível definir uma *string* de busca baseada nos seguintes operadores booleanos: (“Escola militar” OR “Colégio militar”) AND (“ensino de geografia” OR “educação geográfica) AND



“militarização” OR “militarizado”). Essa *string* pode ser utilizada no google acadêmico, no entanto para aos demais bancos foi necessário realização de alguns ajustes, respeitando o critério lógico de busca baseados nos operadores booleanos estabelecidos.

Nas três bases de dados encontrou-se cento e vinte trabalhos, em total. Os critérios para escola foram: a produção versa sobre o processo de transformação de escolas regulares em unidade escolar militar; políticas de expansão de escolas militares; Ensino de Geografia em escolas militares. A leitura dos resumos permitiu identificar onze trabalhos que se aproximavam da pretensão aqui exposta.

Maior parte dos estudos se concentraram nos anos de 2018, 2019 e 2020 – momento de forte expansão política das escolas militares e cívico-militares, vinculadas ao projeto conservador do governo Bolsonaro (ALVES; TOSCHI, 2019). Um desses trabalho, feito por Bruno Sobral Barrozo e Wagner da Silva Dias, com título “Os desafios do ensino de Geografia sobre o advento das Escolas Militarizadas de Roraima: Depoimento do colégio estadual militarizado Maria dos Prazeres Mota”. Os pesquisadores entrevistaram professores de Geografia que trabalhavam em unidades escolares militarizadas, buscando compreender o posicionamento desses sujeitos frente a tal processo (BARROZO; DIAS, 2019).

Produção feita por Alana Periquito de Oliveira e Andrecksa Viana Oliveira Sampaio também se mostrou interessante, com título “Militarização das Escolas Públicas: opção ou imposição? – Uma proposta de pesquisa”. As autoras demonstram o potencial de se desenvolver pesquisa em torno da temática da militarização (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2021). Essas buscas possibilitaram inferir que o desenvolvimento de pesquisas nessa área tem grande potencial, devido a ser um fenômeno recente.

Com efeito, se faz interessante apresentar provocação aos profissionais do ensino de Geografia, em analisar e dialogar sobre efeitos do processo de militarização. Compreender seu papel no contexto educacional brasileiro, tanto no aspecto político educacional quanto nos processos de ensino e aprendizagem da Geografia escolar. É interessante que esse debate possa render novas interpretações e ampliar os horizontes de estudos em torno da Educação Geográfica.



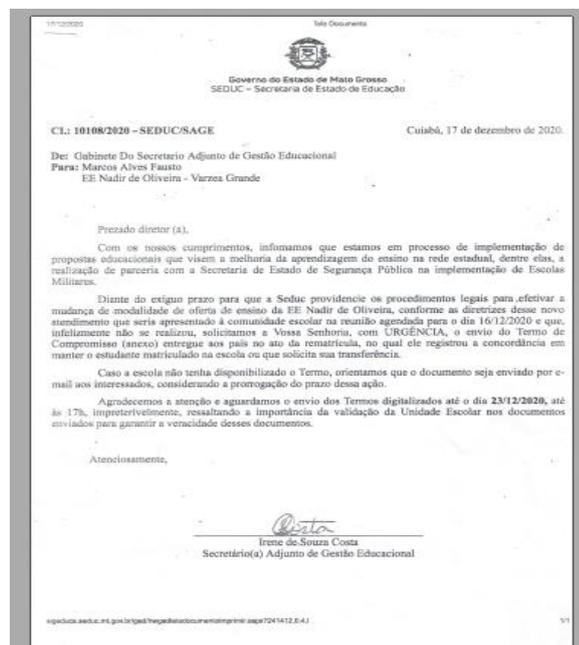
METODOLOGIA

No dia quinze de Dezembro de 2020, em período de isolamento social – devido a Pandemia da COVID-19, a gestão administrativa da escola recebeu documento em formato Comunicação Interna (C.I) de orientação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através da Superintendência de Gestão de Pessoas. Solicitava-se que a unidade escolar realizasse no dia dezessete de Dezembro uma audiência pública com a comunidade, buscando deliberar sobre a transformação da unidade em uma escola militar e/ou cívico militar.

A Comunicação Interna (CI) 10.108/2020, produzida pela Secretária Adjunta Irene de Souza Costa, solicitou que a gestão escolar enviasse aos pais dos alunos matriculados, o termo de consentimento informando que no ano seguinte seu filho(a) estaria matriculado(a) em uma unidade escolar militar. Caso os pais não autorizassem, seu filho seria encaminhado a outra unidade escolar estadual no município.

O documento solicitava urgência, alegando que devido a não ocorrência de uma audiência pública com a comunidade, era necessário que se encaminhasse o termo de consentimento para dar seguimento a política de transformação, conforme imagem 01.

IMAGEM 01: Comunicação Interna 10.108/2020



Fonte: Documento Original, digitalizado pelo autor do trabalho em 15 de Novembro de 2021.

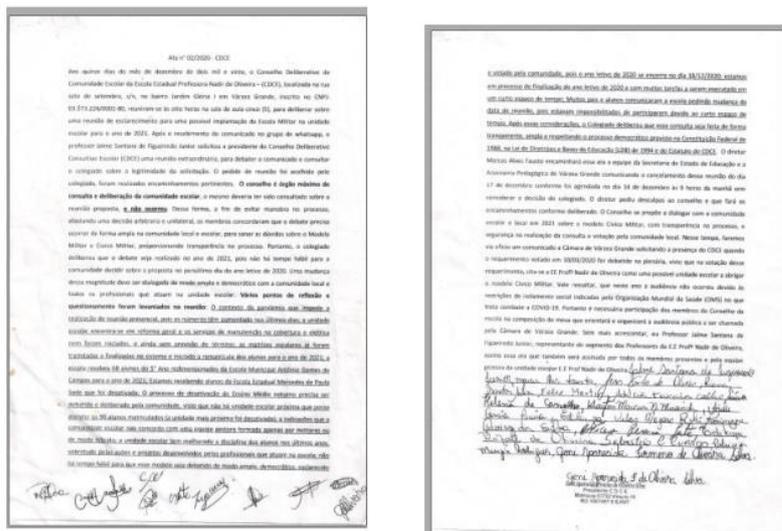


Diante do recebimento da CI 10.108/2020, o Diretor Marcos Fausto, convocou reunião do Conselho Deliberativo Escolar (CDCE), com objetivo de avaliar as possibilidades de se realizar o encaminhamento da Superintendência. Respeitando as legislações educacionais pertinentes, participaram da reunião todos representantes dos segmentos que configuram a comunidade escolar são eles técnicos, apoio, professores, alunos pais e responsáveis (MATO GROSSO, 1998).

Vários questionamentos foram levantados a partir dessa reunião, sobretudo no que tange a imposição por parte institucional, desconsiderando o trâmite burocrático estabelecidos tanto pela lei 7.040/1998, quanto da lei 10.922/2019, onde se expressa que cabe ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a provocação para se iniciar o processo de possível militarização.

Além dessa tendência impositiva institucional, havia o o contexto de férias escolares tanto para alunos quanto professores, o quadro de ações de isolamento social e para evitar a disseminação da COVID-19 e a inviabilidade de se reunir a comunidade geral no curto período de tempo solicitado, para deliberar assunto de tamanha magnitude. Diante dessas situações, foram encaminhados aos órgãos responsáveis pedidos de esclarecimento sobre a condução do processo. Os encaminhamentos dessa reunião, estão registrados na Ata de reunião 02/2020, constante a participação e assinatura de todos os membros do colegiado.

IMAGEM 02: Ata n° 02/2020 CDCE



Fonte: Documento original, digitalizado pelo autor do trabalho em 15 de Novembro de 2021



A partir da reunião do Conselho, varios movimentos institucionais e convocações foram realizados, inclusive o encaminhamento de solicitações de esclarecimentos via ofícios e e-mails. Foi esse conjunto de documentações e ações realizadas pelos envolvidos estão em processo de digitalização e análise por parte do autor deste trabalho.

Para abertura da discussão, nesse artigo foram avaliados os primeiros movimetnos em torno do processo de militarização. A Comunicação Interna 10.108/2020 e a Ata nº 2/2020 do CDCE. A partir desses primeiros documentos, pode-se identificar indícios de imposição por parte do governo, em implementar um modelo de escola a revelia da participação da comunidade escolar diretamente envolvida.

Ressalta-se que esse ponto de partida material (documentos institucionais), podem colaborar em uma análise de conjuntura, tendo como categorias centrais os acontecimentos, cenários, atores, relações de forças e articulações entre estrutura e conjuntura, conforme estabelecido por Souza (2014).

Na análise de conjuntura, os acontecimentos são marcados por sua relevância em determinado grupo político e/ou social. Cenários se constituem nos espaços onde ocorrem os aconecimentos e seus desdobramentos. Atores, são as pessoas e/ou instituições envolvidas no fato acontecido. Relações de força e análise de estruturas se constituem nos conjuntos intencionais que mobilizaram a situação (SOUZA, 2014).

Considerando essas categorias de analise de conjuntura, foi produzido um texto relato que apresenta o processo de militarização da Escola Estadual professora Nadir de Oliveira. Com efeito, os documentos selecionados, experiências vividas pelos envolvidos bem como a reflexão crítica em torno dos acontecimentos, colaboram na compreensão de um projeto de militarização local que possui fortes articulações com ações políticas nacionais.

Ante o exposto, nota-se grande possibilidade de investigação científica em torno do processo de militarização das escolas públicas e seus impactos no modo como professores e professoras produzem e ensinam a Geografia na Educação Básica. Esse movimento, que ocorre na exteira de uma politica nacional de tendencia concervadora, pode ser analisada a partir das persepectivas de uma Educação Geográfica.

REFERENCIAL TEÓRICO



A Escola Estadual Professora Nadir de Oliveira, se localizava na Rua 7 de Setembro, no Bairro Jardim Glória no município de Várzea Grande MT. Fora criada através do Decreto Lei 1.872 de 27 de Maio de 1982. Conforme marco referencial do Projeto Político Pedagógico da extinta escola, ela foi fruto de cobranças comunitárias que demandavam ao governo uma escola para os filhos dos trabalhadores que viviam na região.

Conforme informações retiradas do portal Qedu das escolas públicas, salienta-se que sua estrutura física contava com laboratório de informática e de ciências, biblioteca, quadra coberta, refeitório amplo, rádio escolar, salas de vídeo, dança e laboratório, horta comunitária, pista de atletismo, salas climatizadas e pátio conservado. Em que pese ausências de reformas – devido a políticas histórica de sucateamento da educação em Mato Grosso, dentro de suas limitações, representava um modelo a ser seguido².

A composição dos profissionais da educação (corpo docente, pedagógico, administrativo e técnico) eram formados por servidores efetivos de carreira com estabilidade, em sua grande maioria qualificados com cursos de graduação e pós-graduação tanto *lato sensu* quanto *stricto sensu*. Também atuavam profissionais contratados em regime temporário, seguindo as mesmas condições de trabalho e qualificação dos efetivos.

Para além, funcionavam na unidade escolar grupos de estudos e pesquisa (com publicações em eventos científicos), projetos de intervenção pedagógicas (voltadas para alfabetização e letramento), ações comunitárias (principalmente através da rádio e horta escolar) e salas ambientes (equipadas com materiais pedagógicos específicos, direcionados para cada frente do conhecimento ofertada na unidade).

Disponibilizava para a comunidade, turmas de Ensino Fundamental anos iniciais e finais, Ensino Médio Regular e Projetos de Articulação nos períodos matutino, vespertino e noturno, estrutura que dialogava diretamente com o contexto comunitário local. Ofertava-se educação com qualidade para as populações que mais necessitavam, tendo em vista que atendia, sobretudo, bairros com altos índices de vulnerabilidade, conforme relatório do plano diretor municipal (VÁRZEA GRANDE, 2019).

² As informações estão disponíveis no website: <[Escola - EE Nadir De Oliveira - Várzea Grande - MT - Matrículas e Infraestrutura - QEdu](#)> Acesso em 04 de Julho de 2021.



Tratando-se do processo de transformação de escolas públicas em unidades escolares militares, Alves e Toschi (2019), em estudos de levantamento de produções acadêmicas, demonstraram existência de grande campo de investigação, tendo em vista que nos últimos anos esse movimento vem ganhando força e ainda:

A partir do levantamento emergiram questões relativas à gestão militarizada e suas interferências na prática pedagógica, a formação de um modelo de escola que prioriza a disciplina e o controle, a relação de dependência entre a melhor do desempenho escolar e as características dos estudantes. (ALVES; TOSCHI, 2019, p.633).

O trabalho desenvolvido pelas autoras buscou identificar categorias de pesquisa no campo das escolas militares. Suas análises não identificaram estudos específicos em torno de processos de transformação – tal qual ocorrida na Escola Estadual Profª Nadir de Oliveira. Vale ressaltar, que vincular processos educativos formais a doutrinas militares, não são específicos da contemporaneidade. O recorte histórico pós Golpe de 1964 pode ser elucidativo em torno dessas tendências.

Infere-se que a história da educação brasileira foi marcada por contradições de propostas educacionais diversas, encampadas por agentes políticos diferenciados. Recentemente é a partir da eleição de Jair Bolsonaro que “no cenário de crescente conservadorismo que toma a sociedade brasileira a militarização vai ganhando proporções assustadoras (...)” (ALVES e TOSCHI, 2019, p. 634). A gênese do avanço ideológico dessa perspectiva conservadora, sobretudo na sua aliança entre classe média, mídia e aparelho jurídico policial do Estado pode-se remontar à junho de 2013, quando:

(...), junho de 2013, o delineamento geral de todas as forças que se articulariam mais tarde no golpe de abril de 2016. Algumas alianças se consolidaram durante o processo e outras começaram aqui a se desenvolver. A aliança que se consolida é aquela entre mídia e a classe média conservadora. A aliança que se descortina, a partir do apoio midiático à derrubada da PEC 37 (...) é o conluio com o aparelho jurídico-policial do Estado. Esse última aliança se constrói especialmente no decorrer do ano de 2015 como produto da divisão de trabalho, com o fito de deslegitimar governo eleito, o que a operação Lava Jato permite levar a cabo com retumbante sucesso (SOUZA, 2016, p.95).

As alianças indicadas pelo autor, encontram no governo Bolsonaro ponto de convergência ideológico das redes de influências que transitam por aspectos militares e opressores, representando manutenção de privilégios de classe. Com efeito, Essa situação complexa, possibilita visualizar o conjunto de interesses aparentes e não aparentes em torno das tramas de relação global e local no que tange a produção do espaço geográfico. (SANTOS, 2008).



Diante do exposto, a escola enquanto instituição influenciadora e influenciada pela sociedade, se torna palco de materialização das contradições políticas e sociais tomadas a partir das variadas escalas de relação do poder (RAFFESTIN, 1993). Ao mesmo tempo em que se amplia a nível nacional uma ação política pautada na leitura ideológica de moral, valores e bons costumes, na escola também se intensifica narrativas com o mesmo respaldo.

Nesse cenário contraditório de choques entre posicionamentos, concepções e ações no mundo está o ponto central da Educação Geográfica:

(...) ensinar para vida, para saber e entender que o que acontece nos lugares em que ele vive é parte de um mundo globalizado, da mesma forma que as guerras, as lutas, os embates que acontecem mundo afora, mesmo que sejam distantes (CALLAI, 2012, p.74).

Com efeito, analisar a conjuntura do processo de militarização das escolas regulares em Mato Grosso, pode ser um exercício investigativo que ampliará o horizonte de compreensão do papel da Educação Geográfica no contexto político educacional onde se mobiliza uma grande disputa da escola enquanto lugar de reprodução do conservadorismo moralista ideológico em contraponto à socialização do conhecimento humano historicamente produzido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível vislumbrar ocorrência de indícios irregulares no processo de militarização, por parte das instituições hierarquicamente superiores a unidade escolar em tela. Além de vários descumprimentos da própria lei regulamentadora, foi possível observar e analisar papel central de lideranças e mídias locais atuando em uma campanha de favorecimento do processo a qualquer custo.

Enquanto reflexões gerais, sobretudo com base na audiência pública que marcou o ápice do processo, notou-se presença massiva de pessoas que não possuíam vínculos com a unidade escolar que fora desativada. Sem contar campanhas de distorções em torno da escola – criação de mentiras que atribuíam a unidade escolar, adjetivos como ser ponto comercial de drogas, frequentada por bandidos, estudantes preguiçosos e indisciplinados, gestão administrativa desqualificada entre outras distorções propagadas no decorrer do processo..

A transformação ocorrida, reflete o atual momento político brasileiro, tendo em vista os impactos gerados por *Fake News*, autoritarismo e desrespeito às regras legais



estabelecidas. Essa problemática provoca aos profissionais do ensino de Geografia, reflexão em torno de uma Educação Geográfica que possa trazer para o centro de sua discussões, questões da desigualdade estrutural presente no cotidiano tanto dos estudantes quanto dos professores.

Ressalta-se que ainda há uma série vasta de documentações a serem analisadas, indicativo este que mobiliza a continuidade dessa investigação e a possibilidade de maiores divulgações no futuro próximo. O exercício de pesquisa em torno da problemática da militarização, será aprofundado em investigações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho ainda não está finalizado, o conjunto de documentos e ações a serem analisadas suscitam maiores esforços de compreensão teórica e aprofundamento bibliográfico. Identificar conceitos e categorias da Geografia que colaborem na elaboração de uma análise de conjuntura do processo de militarização e seu papel na possível reorganização educacional em Mato Grosso e as tendências desse processo que afetam diretamente o Ensino de Geografia na Educação Básica.

Nesse trabalho buscou-se demonstrar o grande potencial dessas investigações no que trata ampliação do horizonte científico dentro do Ensino de Geografia. Urge a necessidade de compreensão do diálogo entre políticas institucionais (dentro de suas escalas de competência e jurisdição), as demandas sociais orientadas por seus líderes representativos, a mídia enquanto direcionadora de narrativas e a ampliação do conservadorismo brasileiro a partir de 2016.

REFERÊNCIAS

BARROZO, Bruno Sobral; DIAS, Wagner da Silva. **Os desafios do ensino de Geografia no contexto de escolas militarizadas de Roraima:** depoimento do Colégio Estadual Militarizado Maria dos Prazeres Mota. *In:* XIV Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Anais eletrônicos [...], 14, Campinas: Unicamp, 2019 P. 4214-4226. Disponível em:

< [Vista do OS DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DE ESCOLAS MILITARIZADAS DE RORAIMA: DEPOIMENTOS DO COLÉGIO ESTADUAL MILITARIZADO MARIA DOS PRAZERES MOTA \(unicamp.br\)](#)>



CALLAI, Helena Copetti. **Educação geográfica:** ensinar e aprender geografia. In Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos, Org. CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; MUNHOZ, Gislaine Batista; ARROIO, Agnaldo. [S.I: s.n.], 2012, p.73-87.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento.** Campinas. Papirus: São Paulo, 1998.

MATO GROSSO. **Lei nº 7.040.** Regulamenta os dispositivos do Artigo 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como o inciso VI do Artigo 206 da Constituição Federal, que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, adotando o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), 1º de Outubro de 1998.

Disponível em: <[Lei_7048-98.pdf \(seduc.mt.gov.br\)](http://Lei_7048-98.pdf(seduc.mt.gov.br))>

Acesso em 15 de Novembro de 2021.

MATO GROSSO. **Lei nº 10.922.** Cria o Programa de Gestão Compartilhada Cívico-Militar para a criação ou transformação de unidades específicas da rede pública de ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso em Escolas Militares – EMMT e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Disponível em:

<<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/15604/#/p:1/e:15604>>

Acesso em 28 de Junho de 2021.

OLIVEIRA, Alana Periquito de; SAMPAIO, Andecka Viana Oliveira. **Militarização das escolas públicas:** opção ou imposição? – Uma proposta de pesquisa. In Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, Vol. 8, No. 8. Anais Eletrônicos da UESB, 2021. Disponível em:

< [MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: OPÇÃO OU IMPOSIÇÃO? - UMA PROPOSTA DE PESQUISA | Oliveira | Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional \(uesb.br\)](http://MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: OPÇÃO OU IMPOSIÇÃO? - UMA PROPOSTA DE PESQUISA | Oliveira | Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional (uesb.br))>

PLATÃO. **Apologia de Sócrates.** Tradução e Apêndice: Maria Lacerda de Moura, introdução Alceu Amoroso Lima [Ed. Especial]. (Coleção Saraiva de bolso) – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

RAFFESTIN, Jean-Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Título Original: *Pour une géographie du pouvoir*. Tradução: maria Cecília França. Ática: São Paulo, 1993.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe:** entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura.** 34. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. Ed., - Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA
5ª EDIÇÃO ONLINE

VÁRZEA GRANDE. **Relatório técnico do plano diretor:** diagnóstico técnico participativo. Produto 3 – Volume I – Relatório técnico; Technum Consultoria, Brasília, 2019.

Disponível em:

<[18cc98408392072298289006aba7cd21.I_02 \(varzeagrande.mt.gov.br\)](https://18cc98408392072298289006aba7cd21.I_02(varzeagrande.mt.gov.br))>

Acesso em 04 de Julho de 2021.